II ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE CONVÊNIOS

Medidas de Combate à Corrupção

CAO MORALIDADE ADMINISTRATIVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Convênio: problema ou solução ??

DILEMAS DO CONVÊNIO

Decisão Técnica x Política

Expectativa x Frustração

Efetividade x Controle

Federação x Centralização

Competência Judicial

PAPEL DO GESTOR

Articular a coexistência de processos paralelos

Velar pela execução do plano

Garantir o objetivo final

FINALIDADE

RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE CONVÊNIO

Administrativa

Criminal

Cível / Improbidade

INÉRCIA NA APLICAÇÃO

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. MUNICÍPIO BENEFICIADO POR 2 CONVÊNIOS DA UNIÃO, PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROGRAMAS DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **VALORES QUE, ENQUANTO NÃO UTILIZADOS, DEVERIAM PERMANECER APLICADOS NO MERCADO FINANCEIRO, PARA GARANTIR RENDIMENTOS. DESCUMPRIMENTO DE TAL ENCARGO PELO PREFEITO.** FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL CONDENADA A RECOLHER À CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, PARCELAS QUE CORRESPONDEM À TAXA DE JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA AQUELE PERÍODO DE INÉRCIA DO GESTOR. (TJSC, Apelação Cível n. 0300539-83.2016.8.24.0034)

DESVIO DE FINALIDADE

CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O GOVERNO DO ESTADO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO ENTE MUNICIPAL PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. **DESVIO DA MAIOR PARTE DO RECURSO, DE CARÁTER VINCULADO, PARA O PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DO SERVIDORES MUNICIPAIS EM ATRASO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DA DESTINAÇÃO DA QUANTIA REMANESCENTE.** APROPRIAÇÃO PRESUMIDA. (...) OBRAS NÃO REALIZADAS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONFIGURADOS. (TJSC, Apelação n. 0001677-33.2000.8.24.0063).

OBRA DIVERSA

(...) CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO ENTE MUNICIPAL PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS EM DETERMINADA VIA PÚBLICA. IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS. **ALEGAÇÃO DE QUE AS OBRAS FORAM REALIZADAS, EMBORA EM LOGRADOURO DISTINTO DAQUELE INDICADO NO CONVÊNIO.** MATERIAIS QUE, IGUALMENTE, TERIAM SIDO EMPREGADOS NA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL. (...) IMPROCEDÊNCIA POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. (...) OBRIGAÇÃO DE RESSARCIR O ERÁRIO AFASTADA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0000198-66.1993.8.24.0025).

APLICAÇÃO DIVERSA PARCIAL

RESSARCIMENTO DE DANOS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA AVENIDA (...) APLICAÇÃO DE 94,31% DO ORÇAMENTO À FINALIDADE INICIALMENTE PREVISTA. PREFEITO QUE, À FRENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NA MESMA OBRA, **APLICOU 5,69% DOS RECURSOS DE MANEIRA DIVERSA ÀS DISPOSIÇÕES CONVENIADAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO INTEGRAL DOS RECURSOS VISTORIADA POR ENGENHEIROS DA CEF.** (...) DOLO OU CULPA GRAVE, MÁ-FÉ, DESONESTIDADE E FALTA DE PROBIDADE NO TRATO DA COISA PÚBLICA NÃO EVIDENCIADOS (TJSC, Apelação Cível n. 2013.039918-9).

DOCUMENTO FALSO

LICITAÇÃO. OBRAS DE RECUPERAÇÃO EM TERMINAL RODOVIÁRIO. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO (...), PELO QUAL ESTE SE OBRIGOU A PAGAR PARTE DO VALOR ACORDADO. COMPROVAÇÃO, CONTUDO, DO DESCUMPRIMENTO DA AVENÇA PELA MUNICIPALIDADE, COM O **DESVIO DOS VALORES, ATÉ MESMO COM A FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS -** EMISSÃO DE NOTA FISCAL EM VALOR QUE NÃO CORRESPONDE AO CUSTO DA OBRA E DE CHEQUE EM DUPLICIDADE. ATO MANIFESTAMENTE ÍMPROBO (TJSC, Apelação Cível n. 2014.039176-0).

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SEM PROCESSO SELETIVO DE SEIS PESSOAS PARA EXECUTAREM CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.** RECURSO DESPROVIDO. (...) Não é factível dispor em lei todas as hipóteses que caracterizam 'necessidade temporária de excepcional interesse público'. Cumpre ao aplicador da lei compatibilizar o princípio da eficiência administrativa com o da moralidade administrativa. (TJSC, Apelação Cível n. 2012.008418-2).

ADITIVOS COM SALDO

PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA. RECURSOS FINANCEIROS PARCIALMENTE ADVINDOS DE CONVÊNIO COM O ESTADO. OBRA LICITADA, CONTRATADA E RECEBIDA PELA MUNICIPALIDADE. **SALDO DE RECURSO FINANCEIRO. ADITAMENTO DO CONTRATO FINDO PARA INCLUSÃO DE OUTRAS RUAS NÃO PREVISTAS ORIGINARIAMENTE. IMPOSSIBILIDADE.** ATO ÍMPROBO. (...) o acervo probatório está a evidenciar conduta dolosa, substanciada pelo "ressuscitar" de contrato findo, para, sem submissão a processo licitatório, nele incluir a pavimentação de vias diversas daquelas originalmente licitadas (TJSC, Apelação Cível n. 2012.036305-7).

CONVÊNIOS E CONTROLE

1. Rede de Controle da Gestão SC
2. Transparência e Ouvidoria
3. Controles Internos
4. Fiscalização de Contratos
5. Interação entre Instâncias
6. Controle Social

MPSC

CENTRO DE APOIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA